PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº   , DE 2015
(Do Sr. DANIEL VILELA)

Estabelece a fixação na lei de diretrizes orçamentárias parâmetros e limites para o crescimento das despesas não financeiras na União, nos Estados e Distrito Federal e nos Municípios, limitando-as ao respectivo crescimento econômico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, fica acrescida do art. 4º-A, com a seguinte redação:

“Art. 4º-A A Lei de Diretrizes Orçamentárias, na União, nos Estados e Distrito Federal e nos Municípios indicará, em cada ano, os parâmetros para o crescimento das despesas não financeiras, excluídas as transferências constitucionais para os Estados e Distrito Federal ou para os Municípios, observado o seguinte:

I – na União: os parâmetros para a previsão das despesas não financeiras para os próximos três anos terão que observar a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para o mesmo período, estabelecida pelo Banco Central, observado o disposto no §§ 1º e 2º.

II – Nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios: os parâmetros para a previsão das despesas não financeiras para os próximos três anos terão que considerar a previsão de crescimento das respectivas receitas correntes líquidas, excetuadas as receitas de natureza extraordinária, para o mesmo período.

§ 1º O crescimento das despesas não financeiras da União deverá se comportar rigorosamente em linha com o

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), no período a que se refere o *caput*.

§ 2º O Poder Executivo poderá, excepcionalmente, adotar medidas anticíclicas na condução da política fiscal, contrariando a regra estabelecida no § 1º, desde que:

I – aplicadas em situações comprovadas de estagnação da atividade econômica e de grande ociosidade do sistema produtivo, com o crescimento expressivo e prolongado dos índices de desemprego;

II – não se tornem um estímulo à aceleração dos gastos públicos e coloquem em risco a solvência e a liquidez do setor público a médio prazo;

III – observada a evolução da dívida pública e o comportamento da taxa básica de juros.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

A crise fiscal chegou ao seu ápice no ano passado com o registro de um déficit nominal acima de 6% do PIB do Setor Público, parte explicada pela retração da arrecadação e uma parte mais expressiva como resultado da política fiscal expansionista adotada pelo governo federal, que acabou não sendo bem sucedida, haja vista a esperada e quase certa queda no PIB no ano que passou.

A situação fiscal deteriorada acabou abrindo espaço político para que a nova equipe econômica adotasse de cara um pacote de duras medidas fiscais, entre as quais, algumas reconhecidamente impopulares, apesar de inadiáveis, como as mudanças nas regras de concessão do seguro-desemprego, do abono salarial, das pensões e do auxílio doença.

Diante do caos fiscal que presenciamos nos últimos anos, temos que adotar novas regras prudenciais para evitar que situações desta ordem não mais se repitam.

É com este intuito que estamos propondo aos nossos Pares a presente proposição para introduzir na Lei de Responsabilidade Fiscal novas regras prudenciais para serem observadas pelo governo federal, todas elas com o objetivo de reduzir o grau de liberdade do Poder Executivo, criando restrições à expansão desmedida do gasto público corrente, que sempre acaba em expansão da dívida pública ou em uma pressão a mais sobre a já elevada taxa de juros praticada entre nós.

Estamos aumentando o gasto público e, ao mesmo tempo, não criando poupança suficiente para honrar os serviços da dívida pública e para alavancar os investimentos em infraestrutura. Em outros termos, a política fiscal, apesar de expansionista, acaba não estimulando a atividade econômica.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos ilustres Deputados para a proposição que estamos apresentando, na certeza de que a matéria será aperfeiçoada ao longo de sua tramitação com a imprescindível colaboração de todos.

Sala das Sessões, em   de   de 2015.

Deputado DANIEL VILELA
PMDB/GO